

A função social da divulgação científica (e como a Academia pode ajudar ou atrapalhar)

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i1.4027>

Cecilia Farias¹

Resumo

Este artigo discute a função social da divulgação científica (DC), com foco no campo da linguística, e as possíveis atuações da Academia nessa prática. Partindo de um diagnóstico que evidencia o desconhecimento e/ou a resistência ao discurso científico sobre a linguagem pela sociedade, defendo que a DC é uma via de mão dupla, beneficiando tanto a sociedade civil quanto a Academia. Três funções sociais centrais da DC são propostas: o letramento científico (capacidade de compreender a natureza da ciência e empregar o conhecimento científico) como um direito cidadão; a democratização dos sonhos, isto é, que mais grupos sociais se sintam pertencentes aos ambientes científicos, o que leva à diversidade da comunidade acadêmica; e a dissolução de mitos sobre a língua, cujas consequências podem ser a marginalização e a negação de direitos linguísticos. Ao comparar uma experiência institucional (Museu da Língua Portuguesa) com uma produção independente (Babel Podcast), aponto as vantagens e desvantagens de cada modalidade. Além disso, destaco a importância de a Academia repensar seus critérios de avaliação e reconhecer a importância do trabalho de divulgação, atualmente subvalorizado. A conclusão propõe um novo pacto para a ciência, problematizando a ideia de neutralidade e o que Paolo Demuru chamou de “supremacismo da razão”. O caminho é a ciência cidadã e a comunicação colaborativa, em que o público não é visto apenas como alvo, mas participa ativamente do fazer científico. Por fim, a valorização da divulgação, docência e pesquisa como um ecossistema interdependente é essencial para uma ciência mais inclusiva e próspera.

Palavras-chave: Divulgação científica; popularização da linguística; ciência cidadã; popularização científica.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; cecilia.farias.souza@usp.br; <https://orcid.org/0000-0002-2340-2390>

The Social Role of Science Communication (and How Academia Can Help or Hinder)

Abstract

This article discusses the social function of science communication (SC), focusing on the field of linguistics, and the potential roles of Academia in this practice. Starting from a diagnosis that evidences the lack of knowledge and/or resistance to scientific discourse about language by society, I argue that SC is a two-way street, benefiting both civil society and Academia. Three central social functions of SC are proposed: scientific literacy (the capacity to understand the nature of science and employ scientific knowledge) as a civil right; the democratization of dreams, that is, that more social groups feel they belong in scientific environments, which leads to the diversity of the academic community; and the dissolution of myths about language, the consequences of which can be marginalization and the denial of linguistic rights. By comparing an institutional experience (Museum of the Portuguese Language) with an independent production (Babel Podcast), I point out the advantages and disadvantages of each modality. Furthermore, I highlight the importance of Academia rethinking its evaluation criteria and recognizing the importance of communication work, which is currently undervalued. The conclusion proposes a new pact for science, problematizing the idea of neutrality and what Paolo Demuru called the "supremacism of reason." The path forward is citizen science and collaborative communication, in which the public is not just seen as a target but actively participates in the scientific process. Finally, valuing communication, teaching, and research as an interdependent ecosystem is essential for a more inclusive and prosperous science.

Keywords: Science communication; popularization of linguistics; citizen science; scientific popularization.

Introdução

Falar sobre divulgação científica pode ter significados distintos para diferentes pessoas. Além disso, existe uma zona cinzenta entre termos como difusão, divulgação e popularização científica, cuja compreensão histórica nos ajuda a analisar os acertos e os desafios enfrentados por linguistas nesse campo. Questões como "De onde vêm os gênios?", "Quem tem direito a sonhar em ser cientista?" e "Como a ciência é vista hoje?" servem como ponto de partida para refletir sobre as dinâmicas dessa área, abordando também os desafios enfrentados pelas divulgadoras científicas, tanto em contextos institucionalizados quanto na produção independente.

Para discutir a função social da divulgação científica no campo da linguística, este artigo começa com reflexões gerais sobre as dinâmicas da divulgação científica, indo

além dos estudos da linguagem e, em geral, utilizando a linguística como exemplo para fundamentar os argumentos.

Este texto apresenta a discussão realizada na mesa-redonda “Divulgação e Popularização da Linguística”, parte da programação do Seminário do GEL 2024, da qual participei ao lado de Jana Viscardi e Renato Basso. A proposta foi seguir, dentro do possível, a linha argumentativa desse evento, aproveitando a modalidade escrita para reorganizar as ideias e aprofundar as reflexões.

1. Diagnóstico

Em 2001, o deputado Aldo Rebelo propôs um projeto de lei visando proibir estrangeirismos na língua portuguesa, um projeto que se referia a termos de línguas estrangeiras no geral, mas cujo alvo principal, na prática, eram os anglicismos. Para estudantes de linguística, mesmo nos primeiros semestres da graduação, a inviabilidade dessa proposta é evidente, e especialistas da área posicionaram-se publicamente contra o projeto.

Rajagopalan (2004), em um artigo dedicado à relação entre políticas linguísticas e emoções, resgatou comentários de fóruns públicos sobre esse debate. Um dos exemplos diz:

Eu tenho o grande privilégio de não saber quem é quem na linguística brasileira. Por isso, estou em posição de julgar seus textos pelo que valem, sem ser induzido a “pensar” que eles contêm doses de enorme sabedoria... apenas que têm a assinatura de X, Y ou Z. Dos estudiosos que você cita, até agora só li pura bobagem, aqui nesta sala de chat e em outros lugares. Não estou impressionado por seus nomes nem seus PhDs. Esse é o grande privilégio dos cidadãos ordinários que não ligam a mínima pra academia (Rajagopalan, 2004, p. 117, tradução própria).²

Esse exemplo nos leva a questionar: por que tanta resistência a linguistas, o que nós lhe fizemos?

No âmbito da discussão sobre o projeto de lei, as opiniões sobre o PL, as explicações sobre as opiniões sobre o PL e esse ciclo infinito, o linguista Carlos Faraco também comentou o episódio em uma coluna da *Folha de S.Paulo*: “40 anos após sua introdução

2 No original: “I have the great privilege of not knowing who is who in Brazilian linguistics. Thus, I am in a position to judge their texts for what they are worth, without being induced to ‘think’ that they contain doses of prodigious wisdom... just that they bear the signature of Tom, Dick or Harry. Of the scholars whose names you cite, up until now I have only read pure nonsense, here in this chat room and elsewhere. I am not impressed by their names nor their PhDs. This is the great privilege of ordinary citizens who do not care a damn about academy.”

como disciplina nas universidades brasileiras, a linguística permanece invisível e inaudível para a sociedade como um todo.” E continua:

Aos linguistas coloca-se o desafio de trabalharem essas questões todas como questões fundamentalmente políticas e de buscarem meios para projetar sua voz, contribuindo, assim, para a instauração de uma necessária guerra cultural entre os discursos que dizem a língua no Brasil (Faraco, 2001, p. 30-31).

Esse episódio ilustra como o público em geral percebe o discurso científico, sobretudo no que diz respeito à linguagem. Em diferentes mídias, circulam ideias sobre a língua – frequentemente apresentadas de forma naturalizada e sem questionamento crítico. Isso demonstra como a língua é um tema amplamente debatido, ainda que nem sempre de forma explícita. Fala-se de língua o tempo todo.

A experiência também revela como o discurso científico, em especial o relacionado à linguística, mobiliza visões de mundo e identidades, frequentemente suscitando paixões intensas. Sem buscar explicar aqui todas as razões para a aversão ao discurso científico ou para a onda anticientificista dos últimos anos, proponho reflexões e encaminhamentos para lidar com esse fenômeno no campo dos estudos da linguagem, com base em experiências de divulgação e popularização da linguística.

1.1 Divulgar para ocupar espaços

Uma figura de destaque na divulgação científica contemporânea é o biólogo Atila Iamarino, que desempenhou um papel crucial durante a pandemia de covid-19. Durante esse período, ele não apenas apresentou descobertas científicas ao público, como também explicou o processo de produção do conhecimento científico. No entanto, seu reconhecimento não foi fruto de uma ação imediata; ele já tinha um histórico consolidado como divulgador.

Em um vídeo de 2019 intitulado “Por que você DEVERIA se expor na internet?”³, o biólogo discute o impacto da internet na privacidade e no anonimato, argumentando que, na era digital, informações sobre qualquer pessoa estão acessíveis. Ele sugere que, ao publicar estrategicamente conteúdos sobre si mesmo, é possível direcionar o que as pessoas encontram, aumentando as chances de controlar a narrativa sobre sua própria imagem.

Em uma palestra reproduzida no vídeo, Atila questiona a plateia: “Quem foi a uma biblioteca hoje?”, recebendo poucas respostas afirmativas. Em seguida, ele pergunta: “E quem deu um Google hoje?”, provocando risadas e um número muito maior de respostas positivas.

3 Disponível em: https://youtu.be/Ja6ZnJUQa_0?si=YC48N8EjuDFkzPqc. Acesso em: 12 nov. 2024.

A partir disso, ele argumenta que a internet se tornou a principal fonte de informações e que, portanto, é fundamental utilizá-la para divulgar o conhecimento científico.

Mais do que ocupar o espaço virtual, o princípio subjacente é a importância de marcar presença nos espaços públicos de discussão. A circulação de informações e opiniões ocorre independentemente da participação de especialistas; no entanto, a ausência deles abre espaço para que desinformações prevaleçam. Assim, ocupar esses espaços aumenta as chances de o público geral ter acesso a conteúdos de qualidade e baseados em critérios científicos.

Em resumo, se nós não falarmos, alguém falará – e nem sempre com o devido rigor ou boas intenções.

2. Função social da Divulgação Científica

Com este trabalho, busco destacar que a função social da divulgação científica (DC) opera como uma *via de mão dupla*. Por um lado, a sociedade civil se beneficia enormemente ao acessar e participar da produção acadêmica. Por outro, a Academia também se enriquece ao incorporar maior diversidade de perspectivas e ao ser reconhecida e validada socialmente. Adicionalmente, contar com o apoio da opinião pública é muitas vezes crucial para a luta pela qualidade do ensino, pelo incentivo à pesquisa e pelo financiamento de projetos científicos.

Nesta seção, proponho três grandes pontos que exemplificam as funções sociais da DC, ciente de que esta não é uma abordagem exaustiva.

I – Letramento científico

Um programa humorístico veiculado no YouTube, “Vrau Cast”, convida especialistas de diferentes áreas para serem entrevistados por dois personagens que são apresentadores de *podcast* despreparados (Mike e Cauê, interpretados por Caíto Mainier e Rafael Saraiva, respectivamente). O que falta de preparo a esses apresentadores sobra em confiança nas próprias convicções. O humor vem justamente das perguntas e comentários que soam absurdos a quem minimamente conhece o tema de cada programa, satirizando a forma como pessoas sem letramento sobre os assuntos e expostas a *fake news* conduzem o debate público sobre questões sociais sérias e importantes.

Em um episódio lançado em outubro de 2024, as convidadas foram Laura Marise e Ana Bonassa, do projeto Nunca Vi 1 Cientista. Comentários como “A ciência garante”, mas quem é a ciência?”, ou “Tudo de vocês é ‘normalmente’, ‘segundo estudo tal’; como eu vou saber que o estudo é verdadeiro?” exemplificam a falta de letramento científico

dos personagens (que em certos momentos nem parecem fictícios).⁴ Essas lacunas de compreensão podem levar a erros graves, como a defesa de tratamentos sem comprovação científica, evidenciando os riscos da desinformação.

Uma parte fundamental do trabalho de divulgação científica consiste em ensinar como a ciência é feita, seus métodos, critérios, descobertas e contradições ao longo da história. Cada área do conhecimento busca explicar fenômenos, identificar questões relevantes e estabelecer definições fundamentadas em evidências. No contexto da divulgação, isso é conhecido como letramento científico. Ou seja, parte do trabalho de DC é de letramento científico, definido pelo Inep como:⁵

[...] a capacidade de empregar o conhecimento científico para identificar questões, adquirir novos conhecimentos, explicar fenômenos científicos e tirar conclusões baseadas em evidências sobre questões científicas. Também faz parte do conceito de letramento científico a compreensão das características que diferenciam a ciência como uma forma de conhecimento e investigação; a consciência de como a ciência e a tecnologia moldam nosso meio material, cultural e intelectual; e o interesse em engajar-se em questões científicas, como cidadão crítico capaz de compreender e tomar decisões sobre o mundo natural e as mudanças nele ocorridas. [...] refere-se tanto à compreensão de conceitos científicos como à capacidade de aplicar esses conceitos e pensar sob uma perspectiva científica.

Esse letramento deve ser considerado um direito dos cidadãos. O acesso universal a ele é essencial para a construção de uma sociedade democrática, dado que é uma ferramenta importante para compreender o mundo e intervir ativamente na sociedade. Portanto, se almejamos uma estrutura social mais justa e igualitária, o letramento científico não pode ser tratado como privilégio para poucos.

O letramento científico deve ser tratado como um direito universal, fundamental para a construção de uma sociedade democrática e participativa. Ele não apenas facilita a compreensão do mundo, mas também habilita os cidadãos a tomarem decisões informadas. Além disso, entender a ciência como um campo dinâmico, permeado por erros, acertos e disputas, reduz o descrédito gerado pela não linearidade de suas descobertas.

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6DNEXHDMa8k>. Acesso em: 12 nov. 2024.

5 Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/internacional/pisa/2010/letramento_cientifico.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

II – Democratização dos sonhos

“Nunca ganhamos um Nobel. Em compensação, a Seleção Brasileira já ganhou 5 copas do mundo. Aí eu fico me perguntando: como eu falo para uma criança que ela tem que ser cientista e não jogador de futebol?”. Essa frase provocativa, dita pelo personagem Mike no Vraucast, parte de uma intenção provocadora e humorística, no entanto evoca uma pergunta que chega a ser um senso comum: quantas mentes brilhantes deixam de ser estimuladas por não terem sequer o conhecimento do que acontece no universo científico?


Quando se fala de ciência ou de pessoas consideradas geniais, certos nomes imediatamente vêm à mente. Ao analisarmos esses grandes gênios da história e suas trajetórias de vida, observamos que a maioria tem em comum o acesso a uma série de condições: educação formal de qualidade, incentivo familiar, condições materiais adequadas como moradia e alimentação dignas, entre outros fatores. No entanto, há também um aspecto subjetivo crucial: a percepção da ciência como um ambiente acessível, ou seja, esses indivíduos viam o universo acadêmico, da pesquisa e do fazer científico como um domínio ao qual também podiam pertencer. Nesse sentido, a principal função da divulgação científica é garantir acesso às escolhas, ou, em outras palavras, promover a **democratização dos sonhos**, possibilitando que todas as pessoas possam, caso queiram, sonhar com uma trajetória nesse campo.

Os pontos I e II contribuem mais diretamente para a ampliação da diversidade no campo acadêmico, o que contribui diretamente para a inclusão de novas perspectivas e abordagens. O campo científico só tem a ganhar com isso. No caso dos estudos da linguagem, a democratização do acesso também desmistificaria certas crenças, atraindo mais reconhecimento e recursos para a área, frequentemente subvalorizada em comparação às chamadas *hard sciences*.

III – Desfazer mitos sobre língua e suas consequências

Todo campo do conhecimento é permeado por mitos, e os estudos da linguagem não fogem à regra. Como fenômeno universal, a língua suscita opiniões diversas, muitas delas baseadas em pressupostos equivocados. Afinal, a língua, oral ou sinalizada, é um fenômeno compartilhado por todos os seres humanos, e, conscientemente ou não, as pessoas têm concepções sobre esse fenômeno. Embora essas crenças possam parecer inócuas, elas podem ter implicações concretas na vida dos falantes, uma vez que a língua é constitutiva da identidade das pessoas e está inexoravelmente relacionada à cultura e às formas de existência no mundo.

Um mito persistente é a equiparação entre língua e norma-padrão, o que marginaliza e desumaniza falantes de variedades linguísticas não padrão. Outra concepção equivocada



é a personificação da língua como entidade autônoma, negligenciando seu caráter social e dinâmico, construído coletivamente pelos falantes. Essa visão mascara a realidade: nossos julgamentos sobre variedades linguísticas são, na verdade, juízos de valor sobre seus usuários. É mais fácil dizer “Que sotaque feio!” do que “Eu não gosto desse pessoal” (Farias, 2024). Tal perspectiva sustenta ainda a falsa noção de hierarquia entre línguas, como se algumas fossem intrinsecamente superiores ou mais aptas para certos fins. Basta observar como línguas minorizadas raramente são reconhecidas como veículos adequados para atividades intelectuais de prestígio.

Outro mito é a ideologia da escassez, que avalia línguas minorizadas com base no que elas não têm quando comparadas com as línguas hegemônicas, sem considerar suas riquezas únicas. Esse viés afeta não apenas as línguas, mas também as culturas associadas a elas. Respeitar a maneira como as pessoas falam é reconhecer sua humanidade e dignidade (Farias, 2024).

Por fim, a ideologia do monolinguismo também merece destaque. No Brasil, por exemplo, a crença em uma suposta homogeneidade linguística invisibiliza a diversidade real do país, reforçando preconceitos e negando direitos linguísticos. Esses direitos, cada vez mais debatidos no contexto dos direitos humanos, são essenciais para a valorização da diversidade cultural e linguística. Reconhecer a diversidade linguística é um dos passos para promover o respeito à diversidade como um todo, pois se reconhece que a homogeneidade é um ideal abstrato, sem existência concreta.

No limite, ao nos dedicarmos aos fenômenos relacionados à linguagem, podemos questionar: quem tem direito à escrita na nossa sociedade? O fato de, historicamente, serem considerados ‘sérios’ e/ou ‘universais’ escritores de grupos sociais e linguísticos específicos, enquanto outras escritas levam a etiqueta de regionais e/ou identitárias, está baseado numa visão de mundo que tem esses mitos em sua constituição.

Enquanto linguistas, nossa responsabilidade consiste em desconstruir essas concepções equivocadas e evidenciar seus impactos na dignidade dos falantes. A partir desse compromisso ético, podemos efetivamente colaborar para a construção de ambiente social mais equitativo e inclusivo.

3. Institucionalização vs. Produção independente

Dado que o subtítulo deste artigo é “*como a Academia pode ajudar ou atrapalhar*”, trago aqui uma comparação entre duas experiências pessoais no campo da divulgação da linguística: o trabalho como pesquisadora no Centro de Referência do Museu da Língua Portuguesa (MLP) e a produção do Babel Podcast (BP).

O MLP é uma instituição do Governo do Estado de São Paulo, administrada pela Organização Social de Cultura IDBrasil, e conta com certo reconhecimento da sociedade como um espaço de conhecimento oficialmente validado.

De certa forma, museus desempenham o papel de espaços de divulgação científica, aproximando as pesquisas especializadas de seus objetos de estudo ao público não especializado. Entre as vantagens de atuar em uma instituição como o MLP, destacam-se:

- Tempo: Como a divulgação é parte integrante das atividades institucionais, ela pode ser realizada dentro da jornada padrão de trabalho, diferentemente da produção independente, que muitas vezes ocupa horários destinados ao descanso ou lazer.
- Ferramentas e recursos: A instituição fornece os meios necessários para os projetos, enquanto produções independentes dependem de recursos de seus realizadores ou financiamento coletivo, o que pode ser inviável no início de uma iniciativa.
- Rede de divulgação estruturada: A comunicação institucional utiliza canais oficiais e redes de colaboração entre outras entidades culturais e científicas, dispensando a necessidade de construir estratégias de divulgação do zero.
- Credibilidade: A associação a uma instituição reconhecida transfere prestígio aos projetos realizados em seu nome.

Por outro lado, o Babel Podcast representa um exemplo de produção independente. Criado por Bruno Guide e Cecilia Farias em 2019, o programa aborda uma língua por episódio, explorando suas características, formação e a cultura dos povos que a falam, contextualizando-a em seu panorama histórico, social e político. Além do *podcast*, há um *blog* com textos e outras colaborações.⁶

Há duas modalidades de organização do conteúdo: roteiros elaborados pelos apresentadores e entrevistas a convidados que estudam o tema. Talvez se possa dizer que há um terceiro formato, híbrido, em que se convida uma pessoa, não especialista especificamente naquele tema, mas com algum conhecimento para escrever de forma conjunta o roteiro com os apresentadores.

Em contraste com a experiência institucionalizada, as vantagens da produção independente incluem:

⁶ Disponível em: <https://medium.com/babelpodcast>. Acesso em: 12 nov. 2024.

- **Liberdade editorial:** Sem vínculos institucionais, as decisões editoriais seguem as preferências dos criadores. No caso do BP, isso se reflete em priorizar línguas não hegemônicas, evitar a exotização de línguas e culturas mais distantes da nossa e abordar questões sociais e políticas relacionadas às línguas e seus povos. Em especial, não se assume a possibilidade de neutralidade, admitindo que toda abordagem é feita por um ponto de vista.
- **Criação de redes solidárias:** A produção independente conecta criadores que compartilham experiências, dificuldades e estratégias, criando um ambiente de apoio mútuo e divulgação cruzada, isto é, um projeto citando o outro em seus episódios. O BP, por exemplo, recebeu suporte importante do grupo Podosfera Antifascista.
- **Permeabilidade:** Apesar de não receber oficialmente uma validação institucional, essa ausência pode facilitar a conexão com públicos que, de outro modo, se sentiriam alheios ao universo acadêmico. Projetos independentes, sem o peso do nome de uma instituição, muitas vezes chegam a essas pessoas de forma mais acessível.


No caso específico do BP, a estratégia é atuar como um “Cavalo de Troia”: ao oferecer informações sobre história, música, geografia e política, os ouvintes acabam aprendendo conceitos de linguística de maneira incidental, como alinhamento ergativo-absolutivo (Episódio 17 – Karitiana) ou lenição (Episódio 20 – Gaélico escocês).

Podemos considerar que o BP, bem como diversas iniciativas independentes de divulgação/popularização da linguística, fura a bolha da Academia, porém de fora para dentro. De certa forma, muitos projetos de DC que foram ganhando espaço entre o público geral o fizeram sem a intenção inicial de institucionalização – muitos sequer se autodenominavam como tal inicialmente. A institucionalização e a rotulagem vieram posteriormente. Hoje observamos um reconhecimento institucional ainda embrionário, exemplificado pela criação da Comissão de Popularização da Linguística da Abralín e pela crescente inclusão do tema na programação de eventos acadêmico-científicos.

Por enquanto, em comparação com outros espaços frequentados por linguistas, ainda vemos poucos nomes sendo frequentemente chamados para debates sobre divulgação científica, reflexo direto do número ainda limitado de especialistas dedicados ao tema. Contudo, todos os indícios sugerem que esse cenário está em transformação e deverá apresentar mudanças significativas em breve.

3.1 Academia no meio de campo

Em 2021, foi instaurada a CPI da Pandemia, uma comissão parlamentar de inquérito para investigar omissões e irregularidades nas ações do governo de Jair Bolsonaro



durante a pandemia de covid-19. Entre as pessoas chamadas a depor, esteve a bióloga Natalia Pasternak, fundadora do Instituto Questão de Ciência e reconhecida divulgadora científica, que se destacou por comunicar descobertas sobre a doença e, frequentemente, por criticar as ações governamentais durante a crise sanitária. Em seu depoimento, entretanto, sua credibilidade foi questionada com base em seu baixo Índice H, uma métrica que avalia a produtividade e o impacto de publicações científicas. Esse questionamento revela uma contradição: como pesquisadora dedicada principalmente à divulgação científica, era natural que seu índice fosse inferior ao de colegas focadas exclusivamente em pesquisa acadêmica. Esse episódio exemplifica como o trabalho de divulgação, que foge aos parâmetros convencionais de avaliação universitária, continua sendo subvalorizado no meio científico.

Para a Academia contribuir mais efetivamente com a divulgação científica, é essencial:

1. Reconhecer sua importância, destinando tempo e recursos adequados à prática.
2. Repensar os critérios de avaliação acadêmica, que atualmente desconsideram o impacto da divulgação.
3. Teorizar sobre estratégias comunicativas, baseando-se em estudos de gêneros discursivos para propor modelos inovadores.

Esse terceiro ponto tem conexão mais específica com os estudos da linguagem, que têm muito a contribuir para o entendimento de como operam as dinâmicas de veiculação do discurso científico. A teorização, visando à elaboração de ferramentas e instrumentalização de divulgadores, pode se desdobrar em duas frentes: i) levantar e analisar o que já é feito e seus impactos; ii) pensar em novos modelos com base nos estudos dos gêneros discursivos, propondo estratégias comunicativas.

Os contatos iniciais com a divulgação científica ocorrem em momentos precoces de nossas vidas, como o material didático escolar ou revistas como *Ciência Hoje*. Manter o diálogo com escolas e outros meios educacionais, além de parcerias com veículos de comunicação, é crucial para fortalecer essa ponte entre Academia e sociedade.

Outro ponto sensível é o questionamento da dicotomia entre Academia e os genericamente chamados “outros saberes”. A lógica de oposição entre ciência e saberes tradicionais muitas vezes impede diálogos produtivos por criar um abismo na comunicação entre pesquisa científica e sociedade como um todo, minando possibilidades de cooperação. As consequências dessa separação dicotômica são melhor elaboradas em debates sobre descolonização da ciência e da linguística.

Em síntese, embora nem todos os cientistas precisem dedicar-se à divulgação, é fundamental oferecer suporte e reconhecer o valor daqueles que escolhem esse caminho. A pesquisa acadêmica precisa avançar para o desenvolvimento contínuo da linguística, assim como o ensino é fundamental para a formação de novas gerações de linguistas. Compreender que divulgação, docência e pesquisa formam um ecossistema acadêmico interdependente é essencial para construir uma ciência mais inclusiva e próspera.

4. Rumo a um novo pacto

“Nem toda a ciência está na berlinda”, diz a matemática Tatiana Roque em *O dia em que voltamos de Marte*. Trata-se de uma obra muito bem-feita de divulgação científica, em que a autora traça um panorama da história da ciência ocidental desde o Iluminismo, evidenciando sua conexão com as ideologias de cada época. Por meio de uma linguagem acessível e não hermética, Roque utiliza histórias de grandes nomes da ciência (como curiosidades sobre a vida de D’Alembert) e as consequências práticas das descobertas científicas para apresentar suas reflexões.

Ao longo do livro, a autora analisa, entre outras coisas, as razões pelas quais a pesquisa científica é percebida de determinada maneira hoje, destacando a historicidade por trás desse fenômeno. Ela conclui falando sobre qual ciência está sendo questionada e propõe caminhos para reverter esse processo. Em seu diagnóstico, afirma:

[...] o historiador da ciência Steve Shapin sugere que não existe uma crise da verdade, e sim uma “crise do conhecimento social”. Isto é, a sociedade está com dificuldade para discernir o conhecimento científico confiável: reconhecer quem sabe e quem não sabe, quem é e quem não é confiável, que instituições produzem um saber genuíno e sem interesses comerciais (Roque, 2021, p. 272-273).

Roque argumenta que parte do descrédito atual da ciência decorre de seu discurso de neutralidade. Durante o século XX, sob o discurso da neutralidade científica, os financiamentos em pesquisa foram frequentemente direcionados para fins que pouco beneficiavam a humanidade. Grandes somas foram destinadas à criação de armas de destruição em massa e à intensificação da exploração da força de trabalho – elementos que contribuíram para o aumento da desigualdade social –, em vez de investimentos em melhorias de vida das pessoas, como criação de medicamentos, fontes sustentáveis de energia, combate à fome, entre muitos outros.⁷ Toda ciência é permeada pela cultura; ignorar essa interseção é improdutivo. Antes, é mais pertinente mostrar como ciência e cultura se entrelaçam e influenciam mutuamente, em conjunto com outras dimensões da sociedade.

⁷ Um livro que mostra muito bem essas dinâmicas é *O imperador de todos os males: uma biografia do câncer*, de Siddhartha Mukherjee (Companhia das Letras, 2012).

Em vez de supor que um déficit cognitivo ou educacional explique o baixo engajamento do público, falta envolver mais gente nas decisões. A população deve ter mais espaço para expressar e debater suas inquietações, não ser vista como alvo de persuasão por *experts* (Roque, 2021, p. 275).

4.1. Ciência cidadã e comunicação colaborativa

Na discussão sobre a função social de qualquer prática, deve-se rejeitar uma postura salvacionista (o bandeirante, o missionário, o colonizador... temos um vasto vocabulário para isso). No campo da divulgação científica especificamente, assumir o papel de vanguarda iluminada que 'leva a luz do conhecimento às massas' não apenas inviabiliza relações verdadeiramente colaborativas, como pode gerar efeitos contrários aos desejados.

No livro *Políticas do encanto: extrema direita e fantasias da conspiração*, Paolo Demuru explora o conceito de "supremacismo da razão", uma postura que consiste em simplesmente declarar as crenças alheias como equivocadas enquanto se autoproclama portador da verdade. Esse posicionamento, demonstra ele, além de não ser eficaz para combater a desinformação, ainda aprofunda o abismo entre a Academia e a sociedade.

Proferir fatos não basta; precisamos de uma *ciência cidadã*. Essa perspectiva reconhece que

[...] a participação do público não especializado, sem treinamento científico, é essencial ao fazer científico – e esse público não pode ser reduzido à população de interesse e sujeitos de pesquisa, ou seja, a participação vai além da posição de fonte de informação e contribui para a pesquisa de outras formas (De Conto; Sanchez-Mendes; Rigatti, 2022, p. 18).

Essa abordagem se aproxima mais da ideia de popularização científica.⁸ Popularizar não é apenas conquistar aceitação e apreço popular, mas também *tornar-se do povo*. Uma linguística inclusiva e cidadã deve reconhecer que todas as pessoas têm uma língua (oralizada ou sinalizada) e um conhecimento inicial sobre ela, e partir desse reconhecimento para compartilhar saberes e se deixar aprender.

Nesse contexto, ressoa a ideia do professor Lynn Mario Menezes de Souza de "*bring back bodies*" (trazer os corpos de volta). A ciência eurocentrada, ao negar a corporeidade no fazer

8 Para um debate sobre as diferenças entre comunicação, difusão e divulgação científica, ver: Baronas (2010) e Bueno (2010). A Comissão de Popularização da Linguística da Abralín vem realizando uma reflexão sobre o que é popularizar ciência (linguística). Agradeço às conversas sobre o tema em especial com os colegas Lou-Ann Keppla, Vitor Hochsprung e Hélio Oliveira.

científico, adota uma estratégia epistêmica alinhada a um projeto político que racializa e exclui tudo o que não é branco/europeu. A ciência dos colonizadores não se reconhece como racializada, tampouco como produto de corpos situados; por isso, autoproclama-se como neutra – e, portanto, universal. Uma linguística cidadã (ou mesmo descolonial), precisa recuperar a presença do corpo, admitindo que as línguas são faladas por pessoas concretas.

Conclusão

Este artigo partiu do questionamento da função social da divulgação científica, explorando possíveis contribuições da Academia para esse campo. Não se pretendeu esgotar o tema, mas sim levantar pontos que fomentem a discussão pública sobre o assunto.

Reconhecer o valor da divulgação científica é o primeiro passo para que ela receba suporte adequado: tempo, recursos e valorização institucional. Afinal, se a pesquisa sustenta o avanço da ciência, a comunicação eficaz de seus achados à sociedade (e à melhoria da vida) é o que a torna significativa. Assim, o fortalecimento do ecossistema científico como um todo depende do reconhecimento e da valorização de todos os seus elementos.

Referências

BARONAS, R. L. Da necessidade premente de se cometer uma política de divulgação científica qualificada dos trabalhos da linguística do Brasil. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 29, 2010.


BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, v. 15, n. 1 esp., p. 1-12, 2010.

DE CONTO, L.; SANCHEZ-MENDES, L.; RIGATTI, P. C. Quando o falante faz Linguística. *Cadernos de Linguística*, v. 3, n. 2, p. e653-e653, 2022.

DEMURU, P. *Políticas do encanto: extrema direita e fantasias da conspiração*. São Paulo: Elefante, 2024.

FARACO, C. Guerras em torno da língua. *Folha de São Paulo: Caderno 'Mais'*, 30-31, 2001.

FARIAS, C. *A língua é um campo de disputa: ativismos e opressões da linguagem*. Disponível em: <https://escoladeativismo.org.br/lingua-e-ativismos-o-que-quer-e-o-que-pode-essa-lingua/>. Acesso em: 12 nov. 2024.



HOCHSPRUNG, V. Divulgação científica: notas sobre a popularização da linguística na internet e na sala de aula. In: SIBALDO, M. (org.). *Ensino de línguas*. São Paulo: Blucher, 2023. p. 113-130.

MENEZES DE SOUZA, L. M. Decolonial Pedagogies, Multilingualism and Literacies. *Multilingual Margins*, v. 6, n. 1, p. 9-13, 2019.

RAJAGOPALAN, K. Emotion and Language Politics: The Brazilian Case. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 25, n. 2-3, p. 105-123, 2004. DOI: 10.1080/01434630408666524.

ROQUE, T. *O dia em que voltamos de Marte*: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente. São Paulo: Planeta, 2021.

SENADO. Governo Federal. CIPANDEMIA – CPI da Pandemia. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/>. Acesso em: 19 nov. 2024.